

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE

Emille de Abreu e Lima Queiroz

**Inclusão escolar: relato de experiência de estágio
em Psicologia Escolar**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como parte dos requisitos parciais
para a obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia

Recife

2017

EMILLE DE ABREU E LIMA QUEIROZ

**Inclusão escolar: relato de experiência de estágio
em Psicologia Escolar**

Orientadora: Maria Teresa Barros Falcão Coelho

RECIFE

2017

Aluna: Emille de Abreu e Lima Queiroz

Estudante da Graduação do Curso de Psicologia pela Faculdade Pernambucana de Saúde Cpf: 080.393.064-00. E-mail: emillealq@hotmail.com. Endereço: Rua Baltazar Passos, 611, Boa Viagem-PE. Celular: (81)9.95217496

Orientadora: Maria Teresa Barros Falcão Coelho

Psicóloga, Mestre em Psicologia Cognitiva UFPE. Doutoranda em Psicologia Clínica UNICAP. Tutora da Graduação em Psicologia e da Pós graduação da Faculdade Pernambucana de Saúde. Docente permanente do Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde da FPS. E-mail: prof.teresafalcao@gmail.com

Resumo

Cenário: A Psicologia Escolar, em sua evolução histórica, deslocou seu foco de atuação no contexto escolar, passando de um enfoque clínico e remediativo para um enfoque preventivo, voltado para a promoção da saúde. A inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, embora garantida pela legislação educacional, constitui-se em um desafio importante e presente nos contextos educacionais. **Objetivo:** Este trabalho irá apresentar e discutir relatos das intervenções realizadas durante um estágio em Psicologia Escolar, em uma escola particular na cidade de Recife/PE. Foi observada uma necessidade de oferecer suporte às crianças com necessidades especiais frente suas dificuldades pedagógicas e orientação aos docentes e alunos no que diz respeito à inclusão escolar. Serão discutidas as práticas da estagiária de Psicologia nesse contexto. **Metodologia:** O trabalho é um relato de experiência e teve como proposta promover orientações no âmbito escolar para melhorar a qualidade das relações estabelecidas por meio de intervenções e assim, ainda que de maneira indireta, favorecer o processo de ensino-aprendizagem. **Aspectos Éticos:** A elaboração deste trabalho segue as normas e as diretrizes que são propostas na resolução 466/12 e respeitará o anonimato de todos os envolvidos. **Considerações Finais:** Com este relato pretende-se mostrar possíveis intervenções no contexto escolar com o intuito de melhorar as relações e facilitar o processo de aprendizagem.

PALAVRA-CHAVE: Psicologia Escolar, Inclusão Escolar, Relato de Experiência

Sumário

1. Introdução.....	06
2. Objetivo.....	07
3. Método.....	08
4. Resultados.....	09
5. Referências.....	22
Anexos.....	23

1. Introdução

Por muito tempo o trabalho do psicólogo escolar foi pautado no modelo clínico, cujos instrumentos de trabalho eram testes que mediam as capacidades dos alunos, em que acabava excluindo os considerados inaptos. Os paradigmas da atuação do psicólogo foram modificados e o contexto do indivíduo começou a ser levado em consideração. Desse modo a responsabilidade pelo fracasso escolar foi retirada do ombro do aluno e começou a ser pensada formas de adaptar a escola para que o desenvolvimento efetivo do aluno pudesse ocorrer. (Andrada, 2005, p.3)

A luta de movimentos sociais contra toda forma de discriminação emergiu em nível mundial e iniciou uma defesa para uma sociedade inclusiva. Inserir estas pessoas no sistema escolar tornou-se um direito garantido em 1988 com reforma da Constituição onde o Estado assume o compromisso de assegurar a educação para todas as pessoas visando seu pleno desenvolvimento.

Ainda hoje, muitas pessoas acreditam que os indivíduos com necessidades especiais não são desprovidos de intelecto, cabe ao psicólogo escolar auxiliar nesse processo de inclusão tanto para as pessoas com necessidades especiais sejam incluídas e tenham os mesmo direitos que o resto da sociedade, tanto as outras pessoas para que elas desenvolvam sentimentos de respeito e empatia.

A educação inclusiva visa o desenvolvimento de todos os alunos, com necessidades especiais ou não, e para que isso ocorra é necessária a criação de condições que promovam a equidade. O objetivo da inclusão não é apagar as diferença, mas a valorização da individualidade cada aluno. (Freire, 2008, pp.5-6) A inclusão objetiva acolher todos os sujeitos para que exerçam seu direito à educação e se desenvolvam dentro da escola.

Pensando nestas questões, foi desenvolvido um trabalho em uma escola particular, de médio porte, situada na cidade de Recife/PE, a partir das demandas observadas na instituição e trazidas pelos docentes, nelas foi identificada a necessidade de oferecer suporte às crianças com necessidades especiais frente suas dificuldades pedagógicas e orientação aos docentes e alunos no que diz respeito à inclusão. Essas intervenções serviram como base para a elaboração do relato de experiência, nele será discutida as práticas da estagiária de Psicologia nesse contexto.

2. Objetivo

2.1 Objetivo geral:

- Descrever um relato de experiência de um estágio curricular em Psicologia Escolar, destacando as atividades voltadas para a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais.

2.2 Objetivos Específicos:

- Provocar reflexão sobre a importância da afetividade na aprendizagem.
- Propagar a importância da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais.
- Promover incentivo ao estímulo de valores como respeito, empatia e cuidado entre os alunos.
- Oferecer uma contribuição sobre a importância do trabalho do apoio especializado as crianças com necessidades especiais.

3. Método

Esse trabalho é sobre a vivência de uma estagiária em Psicologia Escolar e apresentará as intervenções voltadas para a inclusão escolar, realizadas a partir das demandas observadas na instituição. Para a fundamentação teórica foi realizada pesquisas no scielo e google acadêmico. A vivência ocorreu em uma escola particular voltado para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I na região metropolitana do Recife/PE entre agosto de 2016 e abril de 2017 e foram desenvolvidas por uma aluna do oitavo período da graduação em Psicologia.

4. Resultados

Atendendo as normas de trabalho de conclusão de curso da Faculdade Pernambucana de Saúde, este material será apresentado no formato de um artigo que será encaminhado a Revista Psicopedagogia on Line. As normas da Revista estão no anexo 1.

*O artigo está de acordo com as normas de submissão para a revista Psicopedagogia Online

Este artigo refere-se a um relato de experiência do estágio curricular em Psicologia Escolar

Estágio em Psicologia Escolar: relato de experiência

Resumo

A Psicologia Escolar, em sua evolução histórica, deslocou seu foco de atuação no contexto escolar, passando de um enfoque clínico e remediativo para um enfoque preventivo, voltado para a promoção da saúde. A inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, embora garantida pela legislação educacional, constitui-se em um desafio importante e presente nos contextos educacionais. Este trabalho irá apresentar e discutir relatos das intervenções voltadas para inclusão realizadas durante um estágio em Psicologia Escolar, em uma escola particular na cidade de Recife/PE. Foi observada uma necessidade de oferecer suporte às crianças com necessidades especiais frente suas dificuldades pedagógicas e orientação aos docentes e alunos no que diz respeito à inclusão. Serão discutidas as práticas da estagiária de Psicologia nesse contexto.

PALAVRA-CHAVE: Psicologia Escolar, Inclusão Escolar, Relato de Experiência

Abstract

School Psychology, in its historical evolution, shifted its focus from acting without school context, going from a clinical and remedial approach to a preventive approach, focused on health promotion. The school inclusion of children with special needs, although guaranteed by educational education, is an important and present challenge in educational contexts. This work was developed and discussed on interventions for inclusion in a school of School Psychology, in a private school in the city of Recife / PE. There was a need to support children with special needs in the face of their educational difficulties and to target students and pupils who did not respect inclusion. They will be discussed as practices of the Psychology trainee in this context.

KEYWORDS: School Psychology, School Inclusion, Experience Report

Introdução

Numa perspectiva histórica, a Psicologia Escolar passou de um enfoque clínico e remediativo para um modelo de atuação voltado para prevenção. Até a década de 70, a atuação do psicólogo escolar tinha como foco a doença e sua principal função era o diagnóstico e encaminhamento de alunos para classes especiais. Assim, o foco de sua atuação era o diagnóstico clínico individual, não intervindo de modo institucional e sem interferir nas decisões do corpo docente (VALLE, 2003).

Segundo Andaló (1984, pp. 1-3) o psicólogo nessa época assumia o papel de onipotente porque a ele era dado o poder de decidir quem era adequado e não adequado, e de salvador por ser visto como portador de soluções mágicas. Outro problema destacado pelo autor era a do professor que ao encaminhar um aluno para o psicólogo se exime da responsabilidade para

com esse. O psicólogo não tinha sua posição estabelecida no sistema educacional e por seguir no modelo clínico sua atuação baseava-se na utilização de testes psicológicos que separavam os alunos aptos e não aptos. Essas práticas de exclusão propagavam a idéia de que o aluno era o único responsável pelo fracasso escolar. (GUZZO et al., 2010, p.4)

Ao longo dos anos surgiu uma necessidade de modificar a forma de como se percebia a escola e os problemas ali presentes, havia muitos alunos não “adaptados” e os profissionais ali inseridos ainda se pautavam pelo modelo de normalidade X anormalidade. Dessa forma o trabalho do psicólogo escolar passou do modelo linear para o modelo de casualidade circular onde é considerado não apenas o aluno por si só, mas também contexto a qual está inserido. O psicólogo assim abandona a neutralidade e começa a observar e modificar o sistema. Quando o psicólogo adentra na instituição ele deve estar atento ao momento histórico de sua especificidade, em seguida deve reunir-se com professores, diretores e supervisores para colher dados sobre a escola e relatar qual a visão de sujeito a psicologia tem bem como sobre os problemas de aprendizagem e quais estratégias tem a oferecer. Deve pensar em como aperfeiçoar as relações, ouvir os alunos e o que eles pensam da escola, também se deve ouvir os professores e suas demandas e auxilia-os a repensar suas praticas pedagógicas. (ANDRADA, 2005, pp. 2- 3)

Segundo a Resolução nº 02/01 do Conselho Federal de Psicologia o psicólogo escolar realiza as seguintes tarefas: a) aplica conhecimentos psicológicos na escola, concernentes ao processo ensino-aprendizagem, em análises e intervenções psicopedagógicas; referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser; b) analisa as relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais; c) presta serviços diretos e indiretos aos agentes educacionais, como profissional autônomo, orientando programas de apoio administrativo e educacional; d) desenvolvem estudos e analisar as relações homem-ambiente físico, material, social e cultural quanto ao processo ensino-aprendizagem e produtividade educacional; e) desenvolve programas visando a qualidade de vida e cuidados indispensáveis às atividades acadêmicas; f) implementar programas para desenvolver habilidades básicas para aquisição de conhecimento e o desenvolvimento humano; g) valida e utilizar instrumentos e testes psicológicos adequados e fidedignos para fornecer subsídios para o replanejamento e formulação do plano escolar, ajustes e orientações à equipe escolar e avaliação da eficiência dos programas educacionais; h) pesquisa dados sobre a realidade da escola em seus múltiplos aspectos, visando desenvolver o conhecimento científico.

Sendo assim, no contexto atual o psicólogo tem função de agente de mudanças dentro da instituição. Ele tira o foco do aluno como único responsável pelo fracasso escolar e passa a levar em consideração o contexto na qual ele está inserido, as mudanças sociais e como elas repercutem, a relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem, trabalhando assim na prevenção e adaptação (ANDALÓ, 1984, p.4). Segundo Freire e Aires (2012, p.4) o psicólogo deve mapear a instituição para conhecer suas demandas para que comece a intervir da seguinte maneira: ressignificando as relações na escola, incentivando o trabalho coletivo, auxiliando na capacitação dos professores e conscientizando e modificando praticas existentes que impeçam um ambiente saudável.

Rodrigues, Itaborahy & Gonçalves (2008 apud Lacerda e Guzzo, 2005) relatam que a prevenção pode se dá de dois modos: prevenção primária que são ações voltadas para o público que ainda não apresenta dificuldade, assumindo assim caráter educativo. E a prevenção secundária que é para o público que já exhibe sinais de problemas recorrentes de algum fato, com caráter de combate. Para Marinho-Araujo e Almeida (2005 apud MARINHO-ARAÚJO; OLIVEIRA, 2009, p.7) as ações do psicólogo escolar quando focada na prevenção devem: a) facilitar e incentivar a construção de estratégias de ensino diversificadas, b) promover a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos e c) superar, junto com a equipe escolar, os obstáculos à apropriação do conhecimento.

Sobre adaptação Faleiros (2008, p.3) relata que de modo geral, é sempre exigido que o aluno se adapte as condições impostas pelas escolas e poucas vezes refletimos se a própria escola e os docentes estão se adaptando aos alunos e suas necessidades e características pessoais. O psicólogo nesse sentindo deve auxiliar neste processo, criando condições para o que o aluno se desenvolva.

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências que buscam a mesma oportunidade do restante da sociedade. (DELLANI; MORAES, 2012, p.3) Inserir estas pessoas no sistema escolar é um direito fundamental garantido na Constituição de 1988 onde no art. 205, inciso I é posto que «A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. »

Apesar desse direito ser garantido, as crianças com necessidades especiais quando começaram a ter acesso à educação ainda sofriam com a segregação. Despreparados a escola e os docentes, mesmo com boa vontade, ao não saberem lidar com as dificuldades de aprendizagem, acabava tratando a criança como se ela não apresentasse dificuldade ou a isolam. A escola tem papel fundamental na sociedade, nesse espaço que serão construídos os cidadãos do amanhã, nela ocorrem construção de valores que auxiliam as pessoas a pautar sua vida social e coletiva no respeito às diferenças. (FUMEGALLI, 2012, p.18)

A inclusão escolar consiste na inserção das pessoas com necessidades especiais dentro do sistema educacional visando sua permanência na escola e seu desenvolvimento integral. Esse processo enfrenta dificuldades devido à falta de recursos adequados e apoio constante, falta de realização de serviços de atendimento, falta de formação especializada e grande quantidade de alunos em sala. Essas dificuldades tornam-se barreiras para o processo de inclusão. (BERNARDES, 2003 e JUSEVISIUS 2002 apud GOMES; SOUZA, 2011, pp. 5-6)

A sociedade ainda hoje acredita que estes indivíduos são incapazes de aprender, que são destituídos de intelecto. Cabe a escola preparar tanto estes alunos para a inserção na sociedade quanto os demais alunos a refletirem sobre este preconceito e a desenvolverem o respeito às diferenças. A premissa básica para tornar uma escola inclusiva é a que todos os seres humanos, com necessidades especiais ou não, tem o direito à educação. Frias e Menezes (s.d. p.10) falam que a diferença da educação tradicional para a educação inclusiva é que a escola é quem se adapta as necessidades dos alunos, visando sua permanência na escola e eu máximo desenvolvimento.

Para que o processo de inclusão ocorra a escola precisa organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que permitam a inserção desses indivíduos. O papel do psicólogo escolar é de auxiliar na elaboração e construção de recursos pedagógicos que auxiliem os professores nas práticas cotidianas e relatórios que descrevem o desenvolvimento acadêmico do aluno, além de suporte a família neste processo e conscientização de todos os integrantes da escola sobre respeito as diferenças. (GOMES; SOUZA, 2011, p.6)

O presente trabalho irá apresentar e discutir algumas intervenções possíveis no contexto escolar, a partir da experiência de estágio curricular em Psicologia Escolar. O estágio foi realizado em uma escola voltada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, de médio porte, da rede privada de ensino, localizada na cidade de Recife/PE. Serão discutidas as intervenções realizadas segundo demandas que surgiram no decorrer dos meses em que a estagiária esteve na instituição de ensino.

Foram destacadas as atividades realizadas no estágio voltadas a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, tendo em vista que esta foi umas das principais demandas surgidas durante o período do estágio.

Método

Participantes:

Participaram do presente trabalho crianças do 2º ano do ensino fundamental I de uma escola particular da cidade de Recife/PE. Essa comunidade escolar tem cerca de 11 professores, 500 alunos e respectivos pais e/ou responsáveis, uma supervisora pedagógica, uma diretora, duas psicólogas, e oito funcionários gerais. As atividades descritas aconteceram durante os meses de agosto de 2016 a abril de 2017 e foram desenvolvidas por uma aluna do oitavo período da graduação em Psicologia.

Procedimentos:

Foram utilizados como instrumentos para coleta de dados: observações do cotidiano do contexto escolar e conversas informais na escola. Como ferramentas de intervenção, utilizou-se: palestra reflexivo-participante seguida de uma roda de conversa para as crianças e intervenções pontuais em alguns momento, conforme as demandas apareciam.

Primeiramente, foi observada sistematicamente a escola para detectar as demandas, o funcionamento e relações que lá se estabeleciam entre seus membros. Posteriormente, com as pessoas envolvidas no processo, foram discutidas formas de melhorar situações e problemas que inviabilizavam o sistema como um todo. Dessa forma, investiu-se na comunicação com as crianças, os professores e funcionários da escola.

Intervenção 1: Suporte frente as dificuldades pedagógicas

Inclusão do verbo incluir (do latim *includere*) significa compreender, fazer parte de, ou participar de. Sendo assim, a inclusão escolar é entendida com um acolhimento a todos os alunos, sem exceção, do ensino regular com o intuito de promover a aprendizagem e fazer

com que estes se desenvolvam e passem a interar e interagir com os demais alunos (SANTOS, 2008, p. 30).

A educação inclusiva reconhece que o outro é sempre diferente e permite assim mudanças conceituais políticas e sociais. Para que ocorra essa inclusão é necessário que a escola modifique suas práticas pedagógicas tornando-as mais flexíveis para viabilizar este processo. Segundo Silva Filho e Moura (2008) este processo deve ser gradativo para que o ensino regular se adapte aos alunos e à realidade educacional e o sucesso desta inclusão permite progressos significativos dos alunos na escola. O princípio fundamental para que a escola seja inclusiva é a que todas as crianças devem aprender junto independentemente de qualquer dificuldade. O papel da escola é de identificar as dificuldades e de cada aluno, adaptando-se a para que assim possa melhor acolher e trabalhar as demandas individuais.

Para tal, as escolas inclusivas devem oferecer apoio pedagógico às crianças com necessidades especiais para que estas tenham uma aprendizagem eficaz. Esse direito é assegurado na Lei e Diretrizes Básicas da Educação (LDB) no artigo 58, inciso I, onde prescreve que as escolas devem oferecer, quando necessário, serviços de apoio especializado para as peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Esse apoio também é garantido na Resolução nº2 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que dentre seus artigos institui que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Esse direito dos alunos com necessidades especiais é oferecido na escola onde se realizou o estágio. Na escola em questão esse apoio especializado é chamado de itinerância e funciona da seguinte maneira: As pessoas que realizam este serviço seguem um roteiro na qual em cada horário se fazem presentes em uma turma diferente. Assim, o apoio especializado é oferecido de forma pontual e não integral desta forma acredita-se que a criança receberá suporte apenas quando necessário para que a mesma possa desenvolver sua autonomia. A estagiária durante o período que esteve presente na escola realizou esta função que tinha como objetivo: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que melhor se adequassem as necessidades do aluno. Esse trabalho foi realizado com crianças com necessidades especiais como: autismo, déficit de atenção, hiperatividade e com atraso no desenvolvimento mental.

Segundo Tavares (2008, p.29) dependendo das necessidades do aluno procedimentos simples como: ler questões, fazer questionamentos orais ou explicar os conteúdos com objetos lúdicos são suficientes para sua compreensão. As adaptações podem ser feitas com o uso de todos os canais sensoriais envolvidos na audição, visão, memória, tanto na escrita quanto na leitura.

As pessoas que desenvolvem o trabalho de apoio especializado devem pensar com responsabilidade o que oferecem aos alunos.

Neste ponto, o professor de apoio permanente precisa tomar posse das concepções circulantes e recorrentes acerca de uma histórica carregada de estigmas sociais, preconceitos e estereótipos. Obviamente que ao compreender o processo histórico das relações sociais, é possível não só rever a prática pedagógica ancorada por concepções equivocadas, mas buscar com a comunidade escolar o rompimento da manutenção ainda presente nos entendimentos acerca das pessoas que apresentam necessidades educacionais

especiais, suas possibilidades de aprendizagem e o papel fundamental do professor de apoio permanente no ensino regular. (PREIRA NETO; MOURA s.d., p.10)

Esse apoio especializado é realizado através do desenvolvimento de uma parceria entre esse profissional e o professor que juntos traçam ações pedagogicamente eficientes que considerem as potencialidades de cada aluno. A idéia principal do apoio é de que os alunos com necessidades especiais superem suas dificuldades na aprendizagem, encontrando na escola uma forma agradável de aprender.

Intervenção 2: Atuação na escola: Combate a exclusão escolar

A escola é um lugar onde há grande diversidade e o convívio de pessoas tão diferentes podem acarretar em conflitos e estes constituem práticas saudáveis para o desenvolvimento humano, alguns podem tomar rumo indesejado e transforma-se em agressividade, como atos de indisciplina, indiferença, depredação do patrimônio escolar, atitudes de preconceitos e discriminações. Mas mesmo quando tomam esse rumo podem refletir aspectos positivos e são boas oportunidades de aprendizagem e crescimento individual, desde que compreendidos, elaborados e resolvidos. (BRASIL, 2014)

Identificou-se, no decorrer do estágio, uma postura de exclusão de alguns alunos para com outros com necessidades especiais, conforme relatado pelos professores da escola e de ações de alunos observadas em sala de aula e no recreio. Para ajudar as crianças a entender suas atitudes e os sentimentos dos colegas quanto a estes comportamentos, foi proposto uma intervenção para trabalhar formas de percepção de sentimentos junto aos alunos.

Tais comportamentos segundo Silva (2011) ocorrem quando o aluno não é conscientizado sobre seus atos e eles são conseqüências de falta de diálogo dos pais para com seus filhos, transferência de responsabilidade e falta de incentivo de valores morais e éticos como respeito à diferença e solidariedade. O mesmo autor sugere que cada vez que um conflito apareça seja estabelecida uma linha de comunicação para que o fato seja esclarecido e resolvido combatendo assim quaisquer atos de injustiça, preconceito e discriminação.

A falta de comunicação da escola, dos docentes e dos próprios pais com as crianças acaba fazendo com que estes não compreendam a importância de suas ações. Um exemplo disso é quando a criança mente e no lugar de fazer com que ela compreenda que a mentira quebra um elo de confiança entre as pessoas e podem resultar em conseqüências negativas, muitos adultos costumam dizer que mentir é feio e faz o nariz crescer. Esse tipo de atitude não auxilia na compreensão da criança e acaba resultando em ações impensadas. (SILVA; CAIXETA, 2016, p.7)

Faz-se necessário explicar para as crianças que a idéia de que o valor moral da ação não está em obedecer às normas, mas sim entender o porquê delas, assim ao longo das suas vidas elas possam tomar decisões tendo discernimento sobre o que ele quer e o que da pra fazer. (Piaget, 1932/1977 apud SILVA; CAIXETA, 2016, p.7)

Pensando nisso a intervenção foi realizada por meio de conversas informais em momento pontuais onde era observado comportamento de exclusão. Utilizando o diálogo a estagiária explicava para os alunos os possíveis sentimentos das crianças que estavam sendo excluídas.

Através do diálogo as emoções expressas no contato entre as pessoas e traduzidas em palavras vividas pessoalmente traz uma nova consciência acerca da prática do ato lesivo e suas conseqüências (BONINI; CANDIDO, 2015, p.8-9).

O diálogo ajuda na construção de valores das crianças, com ele há sensibilização, onde o próprio indivíduo questiona os motivos dos seus atos e o fazem refletir sobre seus erros. As atividades realizadas foram bem recebidas pelas crianças que prestavam atenção no que era dito e as mesmas, a partir dessa mediação, realizaram reflexões sobre suas atitudes. Desta forma, os alunos começaram a compreender sobre a importância de se colocar no lugar do outro.

Intervenção 3: Orientação aos professores: Afetividade como facilitador para a aprendizagem

Observou-se dificuldade de alguns docentes diante de comportamentos resistentes de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com a última versão do Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) as características do TEA são: dificuldade na comunicação social, comunicação limitada ou estereotipada, falta de reciprocidade emocional, dificuldade em manter uma conversação, modos alternativos de comunicação como gesticulação, pouco contato visual, adesão inflexível de mudança na rotina, interesses fixos e altamente restritos. Paralela a estas características havia por parte dos docentes pouca paciência quando não era possível estabelecer um diálogo com estes alunos, o que os deixavam mais agitados e conseqüentemente atrapalhava o andamento da aula.

A escola é um ambiente heterogêneo onde diferentes valores, experiências, crenças e relações sociais se misturam. O professor neste ambiente complexo precisa estar apto para lidar com todos esses indivíduos que pensam e agem de forma diferente. Segundo Codo e Gazzotti (1999, p.17) todo trabalho envolve algum investimento afetivo por parte do trabalhador, que seja na relação estabelecida com outros ou com o produto do trabalho.

A aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo está sempre medida pelo outro. Não há como aprender e apreender o mundo se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar no mundo a nossa vida. Veja bem, Vygotsky defende a idéia de que não há um desenvolvimento pronto e previsto dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa ou recebemos influência externa (Bock, 1999, p 124 apud SARNOSKI, 2014, p. 4)

Sendo assim a aprendizagem e a afetividade estão interligadas e quando no ambiente escolar predomina a boa convivência às relações ficam mais agradáveis e favorecem assim o processo de aprendizagem. Utilizar a afetividade em sala é muito mais do que demonstrações públicas de carinho como beijos e abraços, é compreender os alunos, escutá-los com atenção e valorizá-los.

O docente que não consegue estabelecer uma relação afetiva com os seus alunos não consegue fazer com que estes se envolvam, ocorrendo assim uma fixação dos conteúdos e não uma aprendizagem significativa. Já quando ocorre o estabelecimento desta relação o ambiente fica propício para trocas, motivação, cooperação, criatividade, disposição e boa vontade

(CODO; GAZZOTTI, 1999). Silva e Gonçalves (s.d., p. 5) defendem que quando o afeto e a aprendizagem caminham juntos no processo de ensino o aluno sente segurança e assim o pensamento e a criatividade flui melhor. Ao contrário, há inibição o que bloqueia a aprendizagem.

Segundo Piaget (apud SARMENTO, 2010, p.13) é incontestável que o afeto desempenha papel essencial na inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação; e, conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência. Consideram-se dois aspectos: aspectos importantes no desenvolvimento da intelectual: um afetivo e um cognitivo.

A integração do afeto e da cognição permite que o indivíduo atinja níveis de evolução mais complexos e esta integração fundamenta o entendimento no desenvolvimento integral humano. (MARISTELA, 2010, p. 39)

Wallon em sua teoria destaca que a cognição e o afeto são elementos inseparáveis e se apresentam de forma oposta e complementar. A escola, lugar onde os indivíduos mantêm uma convivência diária, percebe-se movimentos que caracterizam os conflitos do eu com o outro e estes são grandes oportunidades para a reflexão, questionamento e conscientização. O mesmo autor destaca que o conhecimento é transmitido a partir das interações entre as pessoas onde o afeto está sempre presente. Sendo assim a relação afetiva entre o docente e os alunos faz-se fundamental para a aprendizagem. (SARMENTO, 2010, pp.17-19)

Sabendo que para a aprendizagem significativa é iniciada nas relações sociais, foi proposto aos docentes uma atenção e manejo da afetividade para melhorar a comunicação com os alunos, principalmente os alunos autistas que tem um funcionamento peculiar. O objetivo era fazer com que os docentes compreendessem as motivações de seus alunos e estes por sua vez compreendessem os investimentos dos professores.

O resultado desta proposta foi positivo. Os professores foram receptivos e reconheceram a importância da estratégia. Foi possível detectar algumas modificações observáveis no comportamento das crianças, tais como, uma maior afetividade em relação aos colegas e uma menor resistência as atividades. Observou-se que os alunos com Transtorno do Espectro Autistas (TEA) que resistiam as orientações dadas pela professora ficaram mais receptivos, participando mais ativamente nas aulas, convivendo harmonicamente com todos da sala de aula e anulação dos comportamentos agressivos.

Intervenção 4: Orientação aos alunos sobre o autismo

O trabalho da psicologia do contexto escolar tem como uma de suas funções o trabalho combate e prevenção a situações conflituosas tendo como foco a saúde e não a doença. O psicólogo escolar deve estar atento a tudo que ocorre no contexto que está inserido visando sempre o bem-estar dos alunos e professores e como contribuir para uma aprendizagem melhor para todos.

A escola onde foi realizado o estágio é sociointeracionista e por considerar que o desenvolvimento psicológico e cognitivo é determinado a partir das interações mútuas entre as crianças e o meio, ela também considera a inclusão escolar como a melhor maneira de garantir educação as crianças com necessidades e trabalhar o respeito às diferenças com os demais alunos. Por seu trabalho, a escola recebe uma grande quantidade de alunos com necessidades especiais, em destaque para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde se encontra ao menos um aluno em cada turma. Foi observado que devido às características pouco sociais dos portadores do autismo, alguns alunos apresentavam comportamentos de exclusão.

A inserção do autista na escola é garantido pela lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012 posta pela Política Nacional de Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) que dentre seus artigos destaca o direito do autista à educação assegurando que nenhuma escola recuse a matrícula e/ou a frequência nas aulas e em caso de descumprimento a mesma será punida com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

Cunha (2009 apud SILVA, 2011, p.20) fala que na escola o aluno autista poderá descobrir: que as pessoas ao seu redor são importantes, o valor da amizade, as regras sociais que ajudam na memorização, sentimentos como afeto e carinho, rotinas diárias que ajudam na sua autonomia e a importância de compartilhar sentimentos e interesses.

As crianças com autismo, geralmente, apresentam dificuldade para utilizar corretamente as palavras, mas quando recebem acompanhamento apresentam mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem. A aprendizagem é lenta e gradativa, cabe ao professor adequar suas estratégias e comunicação, a ele também fica a responsabilidade de sensibilização aos demais alunos sobre o autismo. A interação social é essencial para o convívio escolar, por isso é fundamental atender toda vez que o aluno autista tentar estabelecer um diálogo (Aires, Araújo e Nascimento, 2014). Segundo os mesmos autores a escola deve promover adaptações físicas e pedagógicas, treinar os profissionais continuamente, preparar programas para cada aluno autista visto que cada indivíduo é único, adaptar as avaliações de aprendizagem, conscientizar todos os docentes sobre o autismo e, se necessário, modificar o ambiente físico.

Os autistas, geralmente, apresentam dificuldades na comunicação o que dificulta a interação com os demais alunos. Por essa dificuldade é comum observar comportamento de exclusão para com esses alunos e elas ocorrem dentro da sala de aula na realização durante uma atividade e principalmente no recreio quando elas ficam mais livres da fiscalização dos adultos. O papel da escola é conscientizar os alunos sobre o transtorno e incentivar o convívio e o estímulo as atividades grupais para que assim o aluno autista seja inserido.

Aproveitando as ações da escola para a comemoração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, dia 02 de abril, foi oportuno realizar um intervenção para os alunos para oferecer através dessa o fortalecimento dos vínculos e o estímulo de valores como respeito, empatia e cuidado entre as crianças. Utilizou-se nesta intervenção uma palestra-reflexiva para orientar os alunos sobre o assunto e um vídeo de curta-metragem em desenho animado para auxiliar na reflexão sobre o respeito às diferenças.

A orientação educacional busca ajudar no desenvolvimento integral dos alunos resolvendo os conflitos existentes na escola. Ela atua como mediadora entre alunos, docentes e escola para que a boa convivência esteja sempre presente e promove conhecimentos básicos para que os alunos desenvolvam-se de forma saudável. (BUGONE; DALABETHA; BAGNARA, 2016)

Todos os alunos, inclusive os autistas, participaram ativamente reconhecendo as características do transtorno em alguns colegas autistas, relatando o que sabiam sobre a doença, perguntando sobre como estabelecer um vínculo com estes alunos e refletindo sobre seus comportamentos. Assim, foram pensadas novas formas de se relacionar tanto no contexto escolar através de práticas inclusivas.

Considerações Finais

Neste trabalho pretendeu-se mostrar o trabalho realizado pela estagiária em psicologia escolar voltadas para a inclusão que tinha como objetivo socializar e orientar os alunos através de intervenções possíveis de se executar neste contexto. Essas intervenções foram pensadas a partir de observações feitas durante o período em que a estagiária esteve na instituição de ensino que apresentou demandas para quatro intervenções diferentes, sendo elas: suporte frente às dificuldades pedagógicas, atuação na escola: combate a exclusão escolar, orientações aos professores: afetividade como facilitador para a aprendizagem e orientação aos alunos.

A intenção deste relato foi de demonstrar que através de pequenas intervenções as mudanças ocorrem e modificam o cotidiano da escola. O psicólogo escolar considerado agente de mudanças deve estar atento ao contexto como um todo para que possa intervir e produzir as mudanças esperadas. O estágio curricular proporcionar ao aluno articulação dos conteúdos com a prática, nele é possível compreender as demandas do profissional nos mais variados contextos e possibilita uma reflexão sobre as possibilidades de intervenção e desenvolvimento de habilidades cognitivas que contribuam na formação profissional.

Referências bibliográficas

- AIRES, Anne Caroline Silva; Araújo, Marta Valéria da Silva; Nascimento, G. A. **Autismo: convívio escolar, um desafio para a educação.** 2014
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V.** São Paulo: Manole. 2013
- ANDALÓ, Carmem Silva de Arruda. **O papel do psicólogo escolar.** *Psicologia, ciência e profissão.* vol.4 no.1 Brasília. 1984
- ANDRADA, Edla Grisard Caldeira. **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar.** Universidade Federal de Santa Catarina. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), pp.196-19. 2005
- BRASIL. (2014). **Diálogos e mediações de conflitos na escola.** Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília-DF
- BUGONE, Ana Cláudia; DALABETHA, Andiará; BAGNARA, Ivan Carlos. **O orientador educacional e seus desafios no contexto escolar.** *Revista de Educação do Ideau.* Vol. 11–Nº 23–Jan/Jun. 2016
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. 1988 Recuperado em 30 de abril de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Conselho Federal de Psicologia (2001) Resolução nº 02/01

CRUCES, Alacir Villa Valle. **A pesquisa na formação de psicólogos brasileiros e suas políticas públicas.** Boletim Academia Paulista de Psicologia- nº 02/08: 240-255. 2008

FREIRE, Alane Novais; AIRES, Januária Silva. **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying.** *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1.* Janeiro/Junho.55-60. 2012

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais:** Contribuições ao professor do Ensino Regular. Paranaíba. 2008

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão Escolar:** O desafio de uma educação para todos? UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí-RS. 2012

GOMES, Cláudia; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. **Educação, Psicologia Escolar e Inclusão:** Aproximações necessárias. *Rev. Psicopedagogia;* vol. 28. Nº86: 185-93. 2011

GUZZO, Raquel S. L.; MEZZALIRA, Adinete S. C.; MOREIRA, Ana Paula Gomes; TIZZEI, Raquel Podian; SILVA NETO, Walter Mariano Faria. **Psicologia e Educação no Brasil:** Uma visão da história e possibilidades nessa relação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 26 n. especial,* pp. 131-141

LEI nº12.764, de 27 de dezembro de 2012 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF. Recuperado em 04 de maio de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

MARISTELA, Adriana. A afetividade entre professor e aluno no processo de aprendizagem escolar na educação infantil e séries iniciais. Lins-SP. 2010

PEREIRA NETO; Eloi Alexandre.; MOURA, Simone Moreira. **O papel do professor de apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais:** reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de ensino regular. S.D.

RODRIGUES, M. C.; ITABORAHY, C. Z.; Pereira, M. D.; GONÇALVES, T. M. C. **Prevenção e promoção a saúde na escola:** Concepções e práticas de psicólogos escolares. *Revista Interinstitucional de Psicologia.* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia.* 1 (1), 67-78. 2008

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo:** Desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo. 2008

SARMENTO, Nara. Afetividade e aprendizagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. **Afetividade no processo ensino-aprendizagem.** *Revista de Educação do Ideau. Vol. 9-Nº 20.* Jul/Dez. 2014

Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. 12. 2015. Departamento de Direito. Curso de Direito-CEPEJUR.

SENADO FEDERAL (Brasil). Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 2005

Silva, Daiane Luz. **A Agressividade no Cotidiano Escolar**: Um estudo analítico em duas instituições educacionais em regiões periféricas de Salvador-BA. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer -Goiânia, vol.7, N.12; p. 167. 2011

SILVA, Evaldo Alves. Os desafios do autista no cotidiano escolar. Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2011

SILVA, E. N.; GONÇALVES, S. S. M. **A Influência da afetividade no processo de ensino-aprendizagem e um enfoque sobre a participação familiar na escola**. Juara-MT. 2014

SILVA FILHO, José Amadeu de S.; MOURA, Maria Lenúcia. **Educação Especial**: Uma análise do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular. Universidade Estadual do Ceará. 2008

SILVA, Helena Barroso; CAIXETA, Juliana. Eugênia. **Conflitos interpessoais em sala de aula**: o que fazem os professores? Universidade de Brasília. Faculdade UnB Planaltina. Planaltina-DF. Junho. 2016

TAVARES, Hermínia Vicente. Apoio pedagógico às crianças com necessidades educacionais especiais DISLEXIA e TDAH. São Paulo. 2008

VALLES, Luiza Elena. **Psicologia Escolar**: um duplo desafio. *Psicologia ciência e profissão*, v. 23, n.1, p. 22-29. 2003

Autoras:

Emille de Abreu e Lima Queiroz – Graduando de psicologia pela Faculdade Pernambucana de Saúde

Maria Teresa Barros Falcão Coelho- Mestre em Psicologia Cognitiva, docente na Faculdade Pernambucana de Saúde

5. Referências

- Andrada, E. G. C. (2005). **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar.** Universidade Federal de Santa Catarina. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), pp.196-19
- Freire, S. (2008) Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*. Vol.16, nº1, pp. 5-20

ANEXO 1: NORMAS DE SUBMISSÃO DA REVISTA PSICOPEDAGOGIA ONLINE

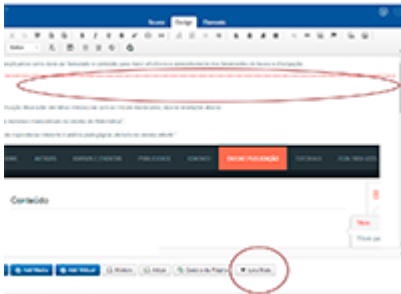
Nesse tutorial explicamos como deve ser formatado o conteúdo para maior eficiência e aproveitamento das ferramentas de busca e divulgação.

Siga cada passo enumerado abaixo, ao final verifique se sua formatação está correta:

Leia Mais

1 - Antes do seu artigo vc deverá colocar um breve resumo, pule uma linha e no menú inferior clique em **Leia Mais**, aparecerá um traçado vermelho. Procure colocar um texto curto que resuma sua publicação, esse texto será utilizado nas páginas inicial e de artigos como chamariz para seu artigo.

Para executar essa tarefa, posicione o cursor ao final desse texto e clique no botão "Leia mais" logo abaixo da janela desse editor. Você verá que, ao clicar, será inserida uma linha tracejada vermelha, logo abaixo do texto, separando o mesmo do texto da sua publicação apenas como indicação dessa separação.



Título, Sub-Títulos e itens

 A screenshot of a form titled 'Conteúdo'. The form has a dark header with navigation links: 'HOME', 'ARTIGOS', and 'CURSOS E EVENTOS'. Below the header, the title 'Conteúdo' is displayed. The form contains several input fields: 'Título *' (circled in red), 'Apelido', and 'Auto-gerar a partir do título'. The text 'Tutorial para envio de publicação' is entered in the 'Título *' field.

Figura 1

2- O **título** (veja imagem ao lado) e **sub-títulos** da publicação deverão estar em letras minúsculas com as iniciais maiúsculas, veja os exemplos abaixo:

"Jogos e materiais manipuláveis no ensino de matemática";

Resumo

bla, bla, bla

Abstract

Tha bla, bla, bla

Texto e

Sub-Títulos

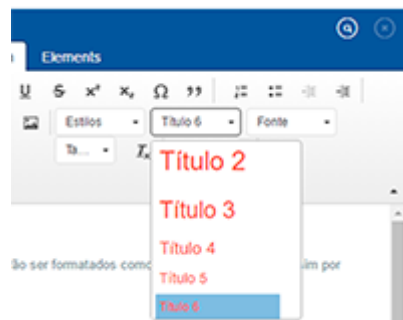


Figura 3

3 - Nosso site utiliza **Folhas de Estilo CSS** e faz todo o ajuste de fontes, tamanho de letras, cores, etc.

Em **sub-títulos (4)** e **demais itens que queira sobressair (5)** . Utilize apenas a formatação "**Título 4** ", "**Título 5**" e **Normal**, lembrando que essas são tags utilizadas pelas ferramentas de **SEO** e servirão para indexar sua publicação nos principais buscadores.

Procure não formatar o texto com nada além de **negrito**, *itálico*, etc.

OBS: Por favor, **Não coloque**

- data, pois será inserida quando da publicação Exemplo: São Paulo, 02 de fevereiro de 2017
- título, onde somente deverá estar o texto
- nome dos autores no início do texto, somente ao final após a Bibliografia
- cada sub-título num alinhamento, procure alinhar a esquerda
- negrito nos sub-títulos, pois deverá formatá-los conforme o item 3
- mais de 1 espaço entre um item e outro
- (: dois pontinhos) após os sub-títulos

Parágrafos e espaçamento

4 - O espaçamento entre linhas deve ser simples e os parágrafos devem começar à esquerda.

Imagens

5 - Na barra de ferramentas do Editor disponível no site você encontra inúmeras possibilidades de formatação, inserção e edição, entre essas está o **Gerenciador de Imagens**.

Com o Gerenciador você insere e ajusta o posicionamento das imagens dentro de seu texto mas, atenção, esse gerenciador não é um editor de imagens e você já deve ter trabalhado a imagem em outro software para utilizá-la aqui em nosso site.

Importante: O nome das imagens devem estar escritos em letras minúsculas, sem espaços entre as palavras, não podem ter caracteres diferentes de letras e números.

O Gerenciador de Imagens possibilita que você procure, selecione e faça o upload das imagens para nosso servidor e depois faça a inserção em sua publicação.

Cada usuário terá à disposição um diretório exclusivo para fazer o upload de suas imagens e somente esse terá acesso.

Tabelas

6 - Também na barra de ferramentas desse Editor você encontra o ícone para inserção e configuração e tabelas em seu texto.

Bibliografia

7- Após o texto do artigo insira a Bibliografia/Referências. O formato deve ser o descrito na norma **ABNT NBR 6023/2002**, ou a versão mais recente que houver.

Autores

8 - Ao final do artigo insira os nomes dos autores e um breve currículo de cada um. Não insira informações pessoais como telefone, endereço, etc. Somente será permitida a disponibilização de e-mail e site do(s) autor(es), sabendo-se entretanto, que se assim optarem os autores poderão ser alvo de "robôs" de **SPAM** sem que o site tenha quaisquer responsabilidades sobre isso.

Recomendamos que a forma de contato seja o nosso "[Fale Conosco](#)" que é muito mais segura.

Observação Importante

O(s) artigo(s) somente ficarão disponíveis para a edição/modificação do autor após a submissão da publicação ser conferida pelo Portal. O autor será comunicado via e-mail e, a partir daí poderá editar/modificar sua publicação.

